

SENTENÇA FINAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Yara Carvalho Pedrosa de QUEIROZ

Marluce Pereira da SILVA

Laurênia Souto SALES

Universidade Federal da Paraíba

Resumo: Este artigo objetiva lançar reflexões sobre como alunos da Educação de Jovens e Adultos de uma escola estadual da Paraíba se posicionam diante das diferentes formas de violência contra a mulher. A fim de entender como o discurso machista corrobora para a manutenção de práticas sociais que materializam as ações de violência, utilizamos algumas concepções da Análise de Discurso Francesa (AD) e estudos abordados por teóricos sociais que articulam práticas discursivas e dominação masculina e relações de poder. Como procedimentos metodológicos, realizamos rodas de conversa e juris simulados. A análise de práticas discursivas que produzem efeitos de sentidos nos mecanismos que compõem a produção textual dos alunos permitiu concluir, preliminarmente, que, apesar das inegáveis conquistas femininas, o machismo ainda inferioriza e subjuga a mulher, fazendo com que muitas se amoldem e reproduzam a ideologia dominante. Conclui-se, ainda, o quanto é necessário que a escola potencialize ações educativas que visem romper o ciclo de agressões a que muitas mulheres ainda estão submetidas, conferindo-lhes a devida dignidade e conscientizando os educandos, de modo geral, quanto à importância de construir uma sociedade mais igualitária.

Palavras-Chave: Educação de jovens e adultos. Violência contra a mulher. Análise de discurso francesa.

FINAL SENTENCE: REPORT OF EXPERIENCE IN YOUNG AND ADULT EDUCATION

Abstract: This article aims to launch reflections on how students of young and adult education in a public state school in Paraíba position themselves before different forms of violence against women. In order to understand how the macho discourse supports the maintenance of social practices that materialize the actions of violence, we used some conceptions of the French Discourse Analysis (DA) and studies carried out by social theorists that articulate discursive practices and male domination and power relations. As of methodological procedures, we carried out conversation circles and simulated jury trials. The analysis of discursive practices that produce an effect on meanings in the mechanisms that make up a textual production of students allowed us to conclude, preliminarily, that, despite the undeniable feminine achievements, machismo still undermines and subjugates women, causing many to mold and reproduce the

dominant ideology. It is also concluded that the school must enhance educational actions aimed at breaking the cycle of aggression to which many women are still subjected, giving them proper dignity, and making students aware, in general, of the importance of building a more egalitarian society.

Keywords): Young and adult education. Violence against women. French Discourse Analysis.

SENTENCIA FINAL: RELATO DE EXPERIENCIA EN EDUCACIÓN DE JOVENES Y ADULTOS

Resumen: Este artículo tiene como objetivo lanzar reflexiones sobre cómo los estudiantes de Educación de Jóvenes y Adultos de una escuela pública de Paraíba se posicionan ante las diferentes formas de violencia contra las mujeres. Para comprender cómo el discurso sexista apoya el mantenimiento de prácticas sociales que materializan las acciones de violencia, utilizamos algunas concepciones del Análisis del Discurso Francés (DA) y estudios abordados por teóricos sociales que articulan prácticas discursivas y relaciones de poder y dominación masculina. Como procedimientos metodológicos, realizamos círculos de conversación y jurados simulados. El análisis de las prácticas discursivas que producen efectos de significado en los mecanismos que componen la producción textual de los estudiantes permitió concluir, de manera preliminar, que, a pesar de los innegables logros femeninos, el machismo aún somete y sojuzga a las mujeres, haciendo que muchas molden y reproduzcan la ideología dominante. También se concluye que es necesario que la escuela potencialice las acciones educativas encaminadas a romper el ciclo de agresiones al que aún son sometidas muchas de ellas, dándoles la debida dignidad y concientizando a los estudiantes, en general, de la importancia de construir una sociedad más igualitaria.

Palabras-clave: Educación de jóvenes y adultos. Violencia contra mujeres. Análisis del Discurso Francés.

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste no relato de uma mediação pedagógica realizada com alunos do Ciclo IV (referente ao 8º e 9º anos) da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola estadual da Paraíba. A proposta da atividade tinha como intento discutir como os aspectos ideológicos estão presentes na formação discursiva dos alunos quando instigados a analisar os estados de violência (física, psíquica), em que se apresenta a mulher a partir do estudo de alguns textos que abordam esse tema. A formação ideológica e a formação discursiva se mantêm inextricavelmente ligadas, visto que “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 1999, p. 43).

Convém, a propósito, apresentar algumas particularidades do segmento EJA em razão do público que a ele se destina. Com turmas compostas, em sua maioria, de alunos jovens e de um grupo menor de adultos trabalhadores, situados em uma ampla faixa etária, esse público geralmente é marcado pela heterogeneidade cultural, étnica e de gênero, carecendo, portanto, de que algumas práticas pedagógicas sejam redirecionadas, visando atender às reais necessidades de seus protagonistas.

Movidas pela inquietação, após observarmos a recorrência no abandono às aulas por parte de alunas que apresentavam rendimento escolar satisfatório, sobretudo no segundo semestre, procuramos compreender as razões que explicassem ou justificassem esse fato. As respostas adquiridas junto às próprias alunas e por meio de terceiros indicavam sempre questões pessoais que envolviam determinações impostas pelo namorado, companheiro, marido ou pelo imprevisto de uma gravidez. Na maioria dos casos, era sempre uma figura masculina o fator determinante para a interrupção do processo de escolaridade.

Embora pareçam improváveis, em pleno século XXI, ainda há situações em que mulheres são impedidas pelos companheiros de frequentarem a escola e sobre elas paira uma série de ameaças caso descumpram as determinações impostas por eles; há também os casos em que algumas alunas frequentam as aulas diariamente, mas precisam levar consigo os filhos pequenos para a escola, submetendo tanto as crianças quanto a instituição a uma rotina de sacrifícios por imposição de seus maridos/companheiros.

Esses fatos constituem uma prova de que os discursos e as decisões machistas estão longe de pertencer ao passado e sempre fizeram e fazem parte do cotidiano da EJA, como bem ilustrou, em 2019, uma série da televisão brasileira, baseada na peça teatral Conselho de Classe, de Jô Bilac. A série intitulada Segunda chamada abordou os dramas vividos por alunos e professores de uma escola noturna e exemplificou situações comuns às escolas públicas brasileiras, como problemas de infraestrutura e o abandono educacional sofrido por uma maioria que tem pouca representação social, política e econômica.

O enredo, composto pelas autoras Carla Fauor e Julia Spadaccini, foi produzido e exibido pela Rede Globo e, em seu espaço fictício, a escola representava uma homenagem à escritora e ex-catadora de papel, Carolina Maria de Jesus. Destacava-se, ainda, na série, a diversidade típica dos alunos que compõem a Educação de Jovens e Adultos: jovens que foram pais ainda na

adolescência e abandonaram os estudos para trabalhar; uma travesti que abandonou os estudos por sofrer transfobia, uma ex- presidiária tentando reconstruir a vida, um traficante de drogas que negociava na própria escola, um morador de rua que sonhava fazer o ENEM, refugiados venezuelanos etc.

Não obstante os perfis caracterizadores, chamavam-nos especial atenção, em alguns episódios, três personagens: Jurema, que fora impedida de estudar pelo marido, na década de 1960; Aline, que via nos estudos a possibilidade de sair da casa do namorado de quem sofria violência, sobretudo psicológica; e a professora Sônia, vítima de violência doméstica. Não se tratava aqui de uma mera coincidência com nosso objeto de análise, mas a simples constatação de que o tema violência contra a mulher se consolida como um verdadeiro clássico do gênero policial.

Buscando estabelecer um diálogo orientado por teóricos sociais (SAFFIOTI, 2001; CHAUÍ, 1985; MINAYO, 2019; BOURDIEU, 1999; dentre outros), estudiosos da linguagem, em especial da Análise de Discurso Francesa (ORLANDI, 1995; PÊCHEUX, 1975; e BRANDÃO, 1998), e de teorizações foucaultianas, este trabalho propõe-se a discutir problematizações históricas que envolvem a complexidade das relações entre homens e mulheres, a partir de situações enfrentadas e relatadas por nossas alunas. Esboçamos como proposta didática para as aulas de Língua Portuguesa, atividades que levassem a uma reflexão sobre como as práticas machistas produzem efeitos de sentidos nos dizeres de alunos e alunas e se efetivam nas diversas formas de violência contra a mulher.

Tomando como base essa proposta didática, na primeira seção do artigo, discutimos as razões da socialização das desigualdades entre os gêneros, ou seja, a ideologia da dominação masculina, a resultante submissão feminina e como as práticas da violência são relativizadas segundo construções históricas e culturais. Na seção seguinte, explicitamos os procedimentos metodológicos que envolvem a proposta didática desenvolvida junto a alunos do ciclo IV da EJA. Por fim, a análise se debruça sobre as práticas discursivas dos alunos participantes da pesquisa.

1. A QUESTÃO DA DOMINAÇÃO MASCULINA NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS: A VIOLÊNCIA IDEOLÓGICA

De acordo com a visão de Pêcheux (1975), compreendemos que o discurso é a materialização da linguagem e carrega consigo as manifestações ideológicas de ordem sócio-histórica enunciadas pelos sujeitos do discurso. Assim, o objeto de estudo que constitui a AD é o discurso e, é através dele, que o homem permanece vinculado à sua realidade ou a transforma.

Dada a impossibilidade de analisar um discurso sem considerar suas condições de produção, é preciso admitir que o interdiscurso define a formação discursiva do falante e este recorre a outros discursos para dar sentido ao que pretende enunciar. É mediante esse fato que compreendemos o que Brandão (1998) enfatiza quando declara a heterogeneidade de uma formação discursiva e que toda ela se define a partir de um interdiscurso. Essa heterogeneidade tece a construção ideológica da superioridade do homem em detrimento da mulher, fato reconhecidamente histórico, agravado, principalmente, em sociedades de estrutura patriarcalista, em que a subordinação da mulher ao homem é instituída culturalmente e realizada através das práticas discursivas. Tal concepção é defendida pela filósofa Marilena Chauí, que afirma serem as diferenças entre o masculino e o feminino transformadas em desigualdades hierárquicas.

Excluída social, jurídica e politicamente ao longo da história, em algumas culturas, sobretudo as ocidentais, em que o advento do Cristianismo reforçou ainda mais uma postura de obediência, submissão e passividade, incutiu-se à figura da mulher uma consciência de culpa pelo infortúnio da humanidade. Esse pensamento era corroborado inclusive por intelectuais, a exemplo de Rosseau, que, em 1817, confirmava a distinção de papéis sociais entre os sexos, ao afirmar:

A rigidez dos deveres relativos dos dois sexos não é e nem pode ser a mesma. Quando a mulher se queixa a respeito da injusta desigualdade que o homem impõe, não tem razão; essa desigualdade não é uma instituição humana ou, pelo menos, obra do preconceito, e sim da razão; cabe a quem a natureza encarregou do cuidado com os filhos a responsabilidade disso perante o outro. (ROSSEAU, 1979, p. 419, *apud* EGGERT, 2003, p.03)

Diante do questionamento sobre a construção social da diferença entre os sexos e os campos de articulação de poder, atitudes machistas e violentas, por vezes, afloram em determinados grupos, representados por ambos os sexos, através da imposição de valores e normas de conduta que, se não cumpridas pela mulher, estimulam e até mesmo autorizam “medidas corretivas” por parte do homem. Eis o que defende a socióloga Cecília Minayo em *Laços perigosos entre machismo e violência*. A autora afirma que o agressor considera a função disciplinar parte do seu papel de “macho social” e justifica a atitude extrema como último recurso após o fracasso das medidas adotadas para esse fim. Vejamos:

[...] a prática cultural do “normal masculino” como a posição de “macho social” apresenta suas atitudes e relações violentas como “atos corretivos”...Geralmente quando narram seus comportamentos violentos, os maridos (ou parceiros) costumam dizer que primeiro buscam “avisar”, “conversar” e depois, se não obedecidos, “batem”. Consideram portanto, que as atitudes e ações de suas mulheres (e por extensão, de suas filhas) estão sempre distantes do comportamento ideal do qual se julgam guardiões e precisam garantir e controlar. (MINAYO, 2005, p. 24)

A perspectiva feminista e marxista do patriarcado é também uma importante concepção ideológica introduzida no Brasil pela socióloga Heleieth Saffioti (2001). Relacionando a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista, essa perspectiva amplia o patriarcado também ao campo econômico. Para a autora, a ideologia machista, na qual se sustenta esse sistema, socializa o homem para dominar a mulher que, por sua vez, também se submete ao poder exercido pelo macho. Por isso, ele se atribui o direito de violentar a mulher que, devidamente educada para aceitar os desejos masculinos, submete-se ao que julga ser seu “destino”.

Ainda precisamos referir um conceito importante de violência criado por Bourdieu (1999), que é o de violência simbólica. Segundo o autor, a dominação masculina é uma forma particular desse tipo de violência exercida com o consentimento de quem a sofre. Ela é marcada por uma relação implícita de submissão, por consenso ou por força, sem que os dominados reconheçam o aspecto opressivo do poder. Para Bourdieu, esse poder invisível entre o dominante e o dominado funciona a partir da internalização de crenças na opressão como algo inevitável e consegue impor significações como legítimas.

No Brasil, considerando-se os fatos divulgados pela mídia, a violência resulta de relações desiguais entre os gêneros e acontece de forma indiscriminada no âmbito doméstico, sobretudo quando a mulher se encontra em situação de vulnerabilidade diante do companheiro, quer seja por depender dele financeiramente, pelo uso que ele faz de álcool e outras drogas, ou até mesmo em razão da impunidade. A criminalização da violência contra a mulher no país, através da Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006), ainda é fato recente de uma história que atravessa séculos.

Segundo dados compilados pela pesquisa Relógios da Violência, do Instituto Maria da Penha, divulgada pelo Estadão em 2015, 30% das mulheres vítimas de violência física, no Brasil, são mortas pelos próprios parceiros¹, sendo os casos mais comuns ocorridos por motivo de separação, quando o homem não aceita a decisão da mulher e acredita que precisa reafirmar sua masculinidade e impor sua vontade. Ainda de acordo com Minayo (2005, p. 24), o homicídio é o ponto culminante de muitas situações em que o homem, sujeito de sua própria sexualidade, se sente ameaçado de perder seu objeto sexual e social. A autora afirma ser a rivalidade presumida entre homens o fator determinante das agressões por ciúme que levam às mortes por questão de honra.

Interpretado erroneamente por juristas, o Antigo Código Penal, que vigorou entre 1890 e 1940, previa, em seu artigo 27, parágrafo quarto, que se excluísse a ilicitude dos atos cometidos por aquelas pessoas que “*se acharem em estado de completa privação de sentidos e de inteligência no acto de cometer o crime*”.² Tal artigo popularizou-se como justificativa para que pessoas que cometessem um crime em estado emocional alterado não fossem consideradas criminosas. Todavia, em nenhum momento o artigo subsidiava a ação violenta em caso de traição do parceiro.

Tendo em vista tal equívoco, o artigo 28 do atual Código Penal afirma que *a emoção ou a paixão não excluem a imputabilidade penal*³. Ainda assim, a velha expressão “limpar a honra” continua sendo utilizada como justificativa para as ações de violência e prova que o machismo se revigora ideologicamente em sociedades de estrutura patriarcal, calcadas em uma hierarquia de poder.

¹ <https://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/em-numeros-a-violencia-contra-a-mulher-brasileira/>

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm

³ https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf

Ainda que não tenha escrito uma obra específica sobre o poder, Michel Foucault (1994) consolidou uma análise sobre esse tema nos estudos que realizou sobre as instituições sociais. Por meio delas, explicou o funcionamento, a ação e os efeitos do poder, que foi definido por ele como uma prática social, construída historicamente. Foucault revelou, em suas análises, que o discurso é uma forma de poder, uma força capaz de sujeitar as pessoas. Na concepção foucaultiana, a eficácia do poder não prescinde que ele resulte em positividade e cumpre, na socialização, a função de adestramento, de “disciplinamento” do corpo.

Ainda que criticado pelas correntes feministas quanto à omissão dos aspectos de gênero em suas análises, Foucault apresenta, segundo Diamond & Quinby (1988), algumas convergências entre sua obra e o pensamento feminista. Os autores afirmam que para Foucault o corpo é identificado como o local de poder, o locus de dominação através do qual a subjetividade se constitui e essa é também a base em que se fundamenta a concepção feminista. Para os autores, tanto Foucault quanto o pensamento feminista destacam o papel fundamental do discurso, sua capacidade de produzir e sustentar as formas de dominação, enfatizando a capacidade de resistência dos discursos marginalizados em face aos desafios. A crítica ao humanismo ocidental que concede distinção ao pensamento masculino e seus ideais de verdade, liberdade e natureza humana, também aproximam as vertentes da resistência feminista das relações conceituais desenvolvidas pelo filósofo francês.

Para Foucault (2002), desconstruir os modos de dominação que interpretam, proíbem e invalidam discursos e saberes constitui o principal papel do intelectual. Partindo dessa concepção, e, por considerar a sala de aula um importante espaço de formação intelectual e de interlocução dos dizeres, descreveremos, a seguir, nossa proposta de trabalho.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: UM CAMINHO PARA O EXERCÍCIO DAS DISCURSIVIDADES

Quadro 01 – Proposta didática aplicada junto à turma IV da EJA

1º momento (2 h/a)	Apresentação de 4 cartazes de campanhas publicitárias. Atividade oral de leitura e compreensão dos textos. Roda de conversa.
-----------------------	--

2º momento (3 h/a)	Leitura dos capítulos I e II da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). Debate. Breve exposição sobre os elementos constitutivos que compõem o gênero jurídico lei.
3º momento (4 h/a)	Dinâmica: júri simulado.
4º momento (2 h/a)	Leitura da crônica “Feminicídio” (2019). Atividade escrita com perguntas e respostas.

Fonte: Fonte: Elaborado com dados da pesquisa

Iniciamos nossa pesquisa em uma turma do ciclo IV, composta por 23 alunos, sendo 13 homens e 10 mulheres. Dentre as mulheres, seis (6) eram adolescentes e jovens entre 16 e 20 anos; quatro (4) eram adultas, com idades entre 30 e 40 anos. Entre os homens, havia apenas adolescentes e jovens numa faixa etária compreendida entre 16 e 25 anos. Duas alunas adolescentes, que haviam cursado o referido ciclo outras vezes, tendo ambas desistido em semestres anteriores por motivo de gravidez, precisavam trazer consigo diariamente os filhos ainda de colo para a escola. Três (3) alunos também foram desistentes: um (1) em razão de trabalho e dois (2) já tinham por hábito não concluir o ano letivo.

Para a execução da proposta didática, apresentamos quatro cartazes de campanhas publicitárias, através do datashow, conforme se pode ver nas imagens a seguir:

Campanha contra a violência



Disponível em:
<https://institutomarcelogomesfreire.wordpress.com/2011/04/11/contra-a-violencia-domestica>. Acesso em 17 dez. 2020.

Campanha Lei Maria da Penha



Disponível em:
<https://tiaeron.files.wordpress.com/2012/04/campan1.jpg>
Acesso em 7 dez. 2020.

Nosso objetivo inicial consistiu em apresentar o gênero cartaz e suas características comuns; em seguida, lançamos perguntas que levaram os alunos à identificação das principais informações contidas em cada texto, promovendo o debate sobre o tema numa roda de conversa. De imediato, as imagens impactantes despertaram o interesse dos alunos e mesmo aqueles que não tinham por hábito participar, contribuíram com as discussões. Seguimos perguntando o que os textos tinham em comum e em que eles se diferenciavam para depois interrogarmos sobre a situação de violência a que cada um remetia.

Os textos escolhidos ilustram situações que nos remetem a uma cultura de violência contra mulheres e nos permitiram trazer à luz formas de submissão e desigualdades impostas pelo machismo estrutural. Particularmente, um dos textos suscitou, em determinado aluno, o desejo de relatar uma situação vivida na infância, ocasião em que presenciava a mãe sendo agredida pelo marido, que era padrasto dele e de mais duas crianças, tal qual a cena descrita no segundo cartaz. A triste coincidência fez com que outros alunos também comessem a falar, ainda que mais timidamente.

Antes que os direcionássemos quanto à importância do não verbal no texto verbal, ou seja, o desenho do pai conforme a descrição do filho, o aluno identificado com aquela realidade

afirmou que, para ele, o padrasto sempre pareceu um monstro. Ouvimos, então, outros breves relatos de surras e humilhações sofridas pelo referido aluno e seus irmãos. Ainda que sensibilizados por esse momento de escuta, um outro aluno começou a brincar com o relato apresentado pelo colega e perguntou o que a mãe dele fazia para deixar o marido tão violento.

Demonstrando irritação com o inesperado da pergunta, o aluno reagiu com insultos e o colega ainda acrescentou que o marido dela não devia ser tão ruim assim, afinal aceitara criar três filhos que não eram seus. As respostas proferidas em meio a palavrões indicaram-nos o momento de encerrar os depoimentos e retomar o primeiro texto em que uma mulher, com hematomas no rosto, aparece vestida de noiva junto à frase “Até que a morte nos separe”. Esse cartaz despertou uma série de opiniões masculinas, as quais apresentamos uma parte no quadro a seguir:

Quadro 02 – Opiniões masculinas sobre o texto “Até que a morte nos separe”

A1	“Se ela casa com um homem que bate nela, então já vai sabendo que não pode vacilar.”
A2	“Mas tem mulher que provoca e nem todo homem se segura.”
A3	“Quando a mulher é bonita assim e o cara é ciumento...”
A4	“O cara que bate na mulher só merece a cadeia.”
A5	“Também tem mulher que bate no marido.”

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa

Aprendemos, nesses enunciados, sentidos que expressam como a cultura da violência está firmada na ideia de que a virilidade implica em força física e se expressa na posse do corpo do outro. Nas falas dos alunos, apreendem-se sentidos de que a mulher reconhece e admite, no namorado ou marido, um caráter violento que ela não deve despertar, sob pena de ser responsabilizada. Há interdiscursividades com sentidos construídos pelas sociedades patriarcais em que se atribui ao macho o lugar da ação, da decisão sobre o corpo da mulher e não o contrário,

o que se percebe no estranhamento causado pela declaração de que alguns maridos sejam violentados pelas mulheres. Nas colocações dos alunos, há um único registro de fala (A4) que menciona punição para a violência.

As vozes femininas não demoraram a manifestar certo descontentamento com as opiniões masculinas. Duas alunas adolescentes começaram a xingar os colegas, se utilizando de expressões como “bando de corno”, “merecem mesmo ser ‘chifrados’ pra aprender a respeitar as mulheres”. Quando indagamos sobre o que fariam, se fossem casadas e sofressem ameaças por parte do marido e até espancamento ao pedir a separação, uma delas disse que procuraria a polícia antes mesmo de apanhar. A outra revelou que tinha muito medo de homens violentos, ressaltando que “eles se aproveitam porque têm força física” e concluiu se posicionando favorável a que toda mulher deveria aprender a atirar para se defender, pois assim o homem aprenderia a respeitar.

Vejamos, a seguir, como as alunas com idade entre 30 e 40 anos expressaram seus posicionamentos:

Quadro 03 – Opiniões femininas sobre o texto “Até que a morte nos separe”

A1	“No Brasil, se a mulher que deixar o marido for procurar a polícia, eles acham que ela é que tá errada”.
A2	“Quando o marido bate é porque ele acha que foi traído. E às vezes foi mesmo.”
A3	“Tem homem que é ruim como o padrasto de X, bate por maldade mesmo, pra fazer a pessoa sofrer. Bate até nos filhos inocentes.”
A4	“Morre muita mulher porque deixa o marido. Eles preferem matar do que ver a pessoa livre, namorando outro homem.”

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa

A liberdade é um aspecto evidente na obra de Foucault (1994), que mostra a estrutura indissociável das relações de poder e saber, relações essas que perpassam os corpos e as

consciências para neles exercer a disciplina e o controle. O poder, segundo Foucault, delinea a liberdade e esta se mostra como uma estratégia para enfrentá-lo. Para ele, a liberdade é o produto de um exercício, possível apenas por meio de práticas individuais ou comuns. "A liberdade dos homens não é nunca assegurada pelas instituições e leis que têm por função garanti-la [...]. Não porque elas são ambíguas, mas porque a 'liberdade' é o que se deve exercitar." (FOUCAULT, 1994, p.276)

A opinião das adolescentes expressa formação ideológica que reflete que, somente igualando-se ao homem, na violência, a mulher consegue dele o respeito. Práticas discursivas que apontem que uma possível "liberdade" adquirida mediante a infidelidade, ou o enfrentamento por meio do uso de armas, confirma outro importante aspecto presente na obra de Foucault, a consciência das ataduras visíveis e invisíveis que cerceiam a liberdade.

Ao serem apresentados os dois últimos cartazes que fazem alusão à Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), as reações foram menos acaloradas. Alguns alunos lançaram dúvidas sobre a efetivação da lei em um país onde há muita impunidade. Cogitou-se ainda a possibilidade de se poder contar com os advogados que, destacamos aqui o posicionamento discursivos dos homens, "defendem qualquer bandido, quanto mais um homem que, muitas vezes, está apenas tentando limpar a honra porque a traição não pode ser tolerada". Em *Laços perigosos entre machismo e violência*, Minayo (2005) faz importantes considerações sobre a questão da "honra", conforme podemos verificar:

A associação da mentalidade patriarcal que realiza e re-atualiza o controle das mulheres e a rivalidade presumida entre homens estão sempre presentes nas agressões por ciúme (medo da perda do objeto sexual e social) cujo ponto culminante são os homicídios pelas chamadas "razões de honra". No Brasil, "razão de honra" é uma categoria relacional forte e ao mesmo tempo provisória, pois sua existência, culturalmente, depende do exercício de vários papéis masculinos: o de provedor, o de pai e, sobretudo, o de marido que precisa assegurar a fidelidade da parceira no desafio com outros homens (...) Como num jogo de espelhos, o "homem honrado" enxerga a masculinidade como o lugar dos instintos incontroláveis, da agressividade e da violência. (MINAYO, 2005, p. 24)

É necessário salientar que um total de cinco (05) alunos não concordaram com as opiniões expostas pela maioria; dois desses alunos eram casados e um deles tinha uma relação

estável com uma mulher mais velha, que já tinha um filho antes de conhecê-lo, conforme relatara. Ao se posicionarem discursivamente contrários às ideias defendidas, fizeram breves relatos pessoais, expondo formações discursivas que traduziam respeito e parceria nas relações mantidas com suas companheiras. Retomando as discussões lançadas a partir dos cartazes que indicavam a existência da Lei Maria da Penha, destacamos que esta fora criada para proteger mulheres em situação de vulnerabilidade e criar medidas protetivas para manter o agressor longe da vítima. Lançamos ainda questões a serem respondidas por escrito, a fim de consolidar as discussões promovidas em sala de aula.

À princípio, havíamos planejado a leitura de apenas alguns parágrafos da Lei 11.340/2006, especificamente dos que tratam da violência doméstica; todavia a força dos depoimentos proferidos em sala de aula, as opiniões alicerçadas em preconceitos e, em alguns casos, na certeza da impunidade, levaram-nos a uma adaptação metodológica, que resultou na leitura integral dos capítulos I e II da lei. A aula seguinte foi iniciada com a exposição de algumas fotos de Maria da Penha Maia Fernandes no *datashow*. Seguiu-se um breve relato sobre o drama vivido pela biofarmacêutica cujo testemunho de sofrimento, impunidade e determinação impulsionara a condenação do Brasil pela Comissão Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA), forçando o país a criar uma legislação que coibisse a violência contra a mulher, surgindo assim a Lei Maria da Penha.

No calor das indignações levantadas pelo caso relatado, entregamos aos alunos uma cópia dos capítulos já referidos, que tratam da violência doméstica e familiar. A leitura oral da lei foi realizada e aproveitamos para explicar a estrutura desse texto do domínio jurídico, mostrando o título, a subdivisão em artigos, capítulos, seções, parágrafos e incisos. Dada a formalidade linguística peculiar a esse tipo de texto, esclarecemos algumas questões lexicais e efeitos de sentidos das informações apresentadas, relacionando-as a situações comuns do cotidiano.

Organizados em grupos, na aula seguinte, anunciamos aos alunos a proposta de sintetizar as ideias contidas nos parágrafos estudados, partindo de uma situação de violência contra a mulher através de um júri simulado. Desse modo, os grupos ficaram destinados a compor as falas das diversas partes envolvidas no processo, como juiz, testemunhas, advogado de defesa, promotor, vítima e réu. O caso escolhido para ser encenado foi o relatado em aula anterior pelo aluno cuja família fora vítima de agressões.

A ideia inicial consistia em tornar mais efetiva a leitura dos capítulos, propondo uma análise mais cuidadosa de alguns parágrafos necessários à criação de uma sentença. Os alunos, no entanto, tornaram a proposta uma oportunidade de apresentar as informações através do humor e deram à apresentação um tom de leveza que conquistou a participação até dos mais tímidos.

A dramatização jocosa representou a contraposição perfeita a um assunto que impõe tanta seriedade e trouxe ao cerne das discussões a importância da Lei 11.340/06 e sua correta aplicação. Em texto redigido pelos alunos numa linguagem o mais formal possível,⁴ foram descritas diversas comprovações da violência física, moral e psicológica sofrida pela família. O réu (padrasto do aluno X) foi sentenciado a cumprir dois anos de uma pena privativa de liberdade, tendo seus bens interditados em favor da companheira e dos filhos ilegítimos como forma de indenização pelos danos sofridos. A pena foi sugerida pelo aluno envolvido que, durante a interpretação, exerceu a promotoria.

A leitura da crônica “Feminicídio”, pensada anteriormente como atividade posterior ao estudo dos cartazes, tornou-se a etapa final do trabalho. Antes, apresentamos algumas informações sobre a Lei 13.104/15, chamada Lei do Feminicídio que surgiu para complementar a já conhecida Lei Maria da Penha. Nosso objetivo era verificar se os debates promovidos acerca do tema impactaram os alunos, de alguma forma, de modo a levá-los a sustentarem uma opinião coerente sem que lançassem mão de ideias pré-concebidas, assumindo uma atitude de respeito e de empatia pela mulher. Após identificarmos os efeitos de sentido presentes na forma como a autora constrói a argumentação na crônica, entregamos um roteiro de perguntas a serem respondidas por escrito.

Dentre as questões levantadas, a partir da leitura do texto, destacamos as que levaram o aluno a tecer algum tipo de argumentação sobre o tema, conforme podemos verificar em quatro (04) respostas que mostramos a seguir:

⁴ O texto produzido pelos alunos encontra-se em anexo.

Quadro 04 – Opiniões sobre a possibilidade de existir uma cultura machista contra as mulheres

1ª PERGUNTA: É possível afirmar que há, ainda hoje, uma cultura predominantemente machista que aceita como trivial a violência contra mulheres? Qual sua opinião a esse respeito?	
Respostas dos alunos	“Sim. Muito machista diz que é só ciumento. Às vezes bate na mulher e vai se desculpar dizendo que tava com ciúme, mas ninguém é dono de ninguém.”
	“Acho que muita coisa mudou. Hoje os homens pensam diferente. As mulheres não aceitam mais viver com um homem violento. Elas sabem dos direitos porque trabalham fora e os maridos precisam ajudar em casa e na criação dos filhos. Os homens não deixam de ser homens por causa disso.”
	“Sim, eu acho que muitos homens são violentos, mas quando a mulher trabalha e ele não ajuda em casa e ainda bate, ela não aceita e vai embora. O homem tem que respeitar a decisão dela.”
	“Sim, isso não vai mudar nunca, pois Deus não criou a mulher pra ser maior que o homem.”

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa

Todas as respostas obtidas afirmaram a existência de uma forte cultura machista. Um aluno disse haver muito machismo disfarçado de ciúme e que essa tem sido a desculpa para as ações violentas. Dois alunos apontaram mudanças no pensamento masculino, tais como o compartilhamento de tarefas domésticas, a inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho e uma nova mentalidade do homem sobre a mulher na questão de direitos individuais. Ideias fundamentadas em práticas discursivas do Cristianismo que pregam a submissão feminina também foram lançadas, especialmente por um dos alunos, e combatidas com certa resistência, considerando seu dogmatismo.

As mulheres deram respostas que remeteram à tradicional dominação masculina, como por exemplo: “O homem ainda pensa que ele é quem manda”; “ainda existe uma sociedade a

favor dos maridos”; “as pessoas sempre culpam as vítimas e nunca o agressor”; “o homem acha que toda mulher deve ser submissa”; “ainda existe quem aceite o machismo e até se acostuma a apanhar”. Essa última afirmação antecipa a próxima pergunta, que investiga o porquê do silenciamento em caso de agressão, conforme veremos a seguir:

Quadro 05 – Opiniões sobre o silenciamento das mulheres em casos de agressão

2ª PERGUNTA: A autora questiona, mas não encontra uma resposta satisfatória sobre as razões pelas quais as mulheres agredidas silenciam seu sofrimento. E você, por que acha que isso acontece?	
Respostas dos alunos	“Eu acho que a mulher tem medo de procurar ajuda ou ir na polícia e, quando o marido souber, ela apanhar ainda mais. Ela também tem vergonha de dizer que apanha.”
	“Por medo, claro que o marido se vinga nos filhos se a mulher denunciar. E a família às vezes nem dá razão a ela. Diz que só ela sabe porque tá apanhando. Também tem o caso que a mulher não tem como cuidar da casa e dos filhos sozinha.”
	“Toda mulher tem medo de sofrer mais violência e tem vergonha de encarar os vizinhos, a família. Virar fofoca pro povo.”
	“Denunciar pra apanhar mais quando ele sair da polícia, pra ele depois matar ela?”

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa

As respostas dos alunos produzem efeitos de sentido que apontam sentimentos de medo e vergonha. Os medos mais comuns foram: de apanhar ainda mais, de serem consideradas culpadas pelas agressões, de serem os filhos alvos de vingança, de não conseguir manter a casa e os filhos e por último, o medo de perder a própria vida. A vergonha foi a segunda justificativa para a omissão do sofrimento das mulheres.

A última questão referia-se ao último parágrafo do texto, em que a autora afirma ser responsável pela própria mulher assegurar sua integridade:

Quadro 06 – Opiniões acerca da responsabilidade da mulher sobre sua própria integridade física

3ª PERGUNTA: Segundo a autora, depende da própria mulher impedir que a violência aconteça. Você concorda com ela? Explique.	
Respostas das alunas	“Sim, concordo. Ela nunca deve deixar que ele proíba de visitar familiares e amigos, sempre tendo em mente que ninguém é dono de ninguém.”
	“Concordo, não pode ficar calada, quando perceber que o relacionamento é abusivo, que tem agressão verbal ou física, precisa tomar atitude.”
	“Chega uma hora que a gente se cansa, deixa e não volta mais, mas tem que ter o apoio da família.”
	“Depende de muitas coisas também. A mulher primeiro procura a ajuda da família e depois as autoridades”.

Fonte: Elaborado com dados da pesquisa

As demais respostas das mulheres falaram ainda sobre a importância de impedir que haja uma primeira vez. Todos os homens disseram ser necessário fazer a denúncia e procurar a polícia, mesmo os que se mostraram mais incisivos nas discussões em destacar a autoridade do homem sobre a mulher. Podemos ainda concluir dessas respostas que as mulheres sabem a importância de impor limites e os homens sabem que a violência contra a mulher, outrora naturalizada, não é mais socialmente aceita.

Ainda que todos saibam da necessidade de procurar as medidas protetivas por parte da polícia ou da justiça, em caso de agressão, é o apoio familiar o fator determinante para que a mulher denuncie seu agressor. Em situação de vulnerabilidade psicológica, é igualmente imprescindível para a mulher, além de receber assistência das autoridades legais, protegendo-

se de ameaças, poder contar com o acolhimento da família, sobretudo no que diz respeito ao cuidado com os filhos.

Com base nos conceitos essenciais da AD, tais como sujeito e discurso, e lançando mão de reflexões que competem aos campos filosófico e sociológico, apresentamos, no item seguinte, algumas considerações sobre as práticas discursivas presentes nas respostas obtidas.

3. UMA ANÁLISE DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS E IDEOLÓGICAS

A Análise do Discurso de origem francesa (AD) extrapola o conceito estritamente formal da língua e considera os sujeitos condicionados aos aspectos históricos, sociais e ideológicos, ou seja, o sujeito é assujeitado a uma ideologia e às estruturas da sociedade na qual convive. Os textos levados à sala de aula e analisados serviram não apenas para trazer informações; neles e a partir deles pudemos identificar sujeitos, argumentações, subjetividades e elementos de construção de uma realidade cruel que justifica os números cada vez maiores de práticas violentas contra mulheres.

De acordo com Pêcheux (1975, p.17), o discurso é um dos aspectos da materialidade ideológica. Para ele, não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido”. Desse modo, é possível perceber nas respostas dos alunos, mesmo após conhecerem a legislação, o quanto a ideologia machista se prestou ao exercício de dominação feminina, ao ponto de a própria mulher legitimar esse dizer. É o que se verifica no artigo intitulado *Participando do debate sobre mulher e violência*, de Marilena Chauí (1985), em que a violência contra mulheres é definida como o resultado de uma ideologia de dominação masculina produzida e reproduzida também por mulheres.

Para a autora, na relação de violência, o ser dominado é tratado como objeto e não como sujeito e, ao ser silenciado, se torna dependente e passivo. Chauí afirma que as mulheres são cúmplices da violência e cooperam para sua reprodução porque são “instrumentos” da dominação masculina, ainda que esta não seja sua vontade ou escolha.

Ao se posicionarem a partir de discursividades que representam o senso comum, como “o homem é quem manda”, ou afirmarem a submissão feminina (aparelhada ideologicamente pela religião) conforme defendeu um aluno: “Deus não criou a mulher pra ser maior que o

homem”, os relatos apontam para a impetuosidade do discurso de dominação masculina e revelam toda sua extensão, englobando crianças e adolescentes também como vítimas potenciais do machismo e da violência. Ainda que casos de violência praticados por mulheres contra seus maridos sejam, em algum momento, relatados, segundo Saffioti (2001, p. 116), “as mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens”.

De acordo com Orlandi (1995, p.17), a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente, e propõe que se responda não “o quê”, mas “o como”. Os textos não podem ser vistos apenas como exemplificações ou ilustrações do que já se sabe, neles há uma materialidade simbólica que produz um conhecimento discursivo. Ou seja, todas as palavras ditas ou escritas pelos participantes do trabalho, todas as conclusões a que chegaram por meio dos textos apresentados estão carregadas de sentidos, construídos através das ideologias. Desse modo, quando um deles expressa que “ainda há quem aceite e até se acostuma a apanhar”, confirma uma postura vitimizada de conformidade com o gênero, algo referente ao que seria o destino da mulher.

Segundo Saffioti (1987), a dominação masculina faz parte dos sistemas capitalista e racista, que se baseiam na exploração do ser humano pelo próprio ser humano. Para a autora, o processo de construção social da inferioridade feminina é uma exigência para a confirmação da supremacia masculina. A ideologia machista que ampara esse sistema socializa os homens para dominar as mulheres, e estas para serem submissas ao “poder do macho”. Essa ideologia confere ao homem direitos sobre a mulher, que não é cúmplice, mas vítima da violência. Assim como o homem, afirma Saffioti (1987), ela é sujeito numa relação desigual de poder, vitimada pela ruptura da integridade física, sexual, emocional e moral.

Em meio a tantas colocações que confirmam a prática do machismo, foram importantes as considerações de cinco (05) alunos, de um total de 13, que se disseram contrários aos discursos defendidos, afirmando posições sociais iguais entre homens e mulheres. Suas palavras fortaleceram o discurso em favor da mulher e de uma sociedade que se espera mais justa e igualitária. Um fator importante foi que o mesmo não se verificou no posicionamento da maioria das mulheres (total de 11) presentes no grupo. Durante os debates, algumas alunas revelaram a rejeição que tinham pelo feminismo por acreditá-lo análogo ao machismo, o que prova termos

uma sociedade desinformada e preconceituosa, negligente no exercício da democracia, como bem afirma Saffioti (1987, p. 24):

[...] a presença ativa do machismo compromete negativamente o resultado das lutas pela democracia, pois se alcança, no máximo, uma democracia pela metade. Nesta democracia coxa, ainda que o saldo negativo seja maior para as mulheres, também os homens continuarão a ter sua personalidade amputada. E vale a pena atentar para este fenômeno.

Neste sentido, algumas práticas enunciativas elaboradas durante o trabalho com os textos revelaram que, assim como boa parte dos homens, as mulheres internalizaram a ideologia opressora e algumas acreditam na igualdade de gêneros invertendo a posição de dominação, numa atitude clara de valorização da violência. Tal perspectiva mostra a profundidade dos danos causados pela humilhação, discriminação e preconceito de que as mulheres foram vítimas ao longo dos séculos.

Ainda que o surgimento de uma legislação de enfrentamento e combate à violência represente um importante passo de afirmação feminina para a maioria das alunas, não garante ainda a segurança necessária no combate às desigualdades entre os gêneros. Ações feministas de combate à violência e mecanismos que assegurem a preservação dos direitos da mulher foram bem aceitos pelo grupo que, no entanto, se negou a entender a complexidade do termo “feminismo”, lançando sobre ele toda sorte de preconceitos.

Por fim, gestos de interpretação de alguns enunciados nos permitiram confirmar a necessidade de incluir, no currículo escolar, ações que promovam a reflexão sobre a igualdade de gênero como forma de combater os desequilíbrios de ordem familiar, emocional e econômica que resultam em violência. Cabe à escola, na sua função educadora, articular o debate, coibir mecanismos tradicionais de opressão, inserindo-se em um programa de transformação da cultura da violência em geral e de gênero em particular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho partiu de uma necessidade investigativa e, para atendê-la, alguns textos foram utilizados com o intuito de fomentar as discussões a respeito desse tema sempre atual que é a violência contra a mulher. Buscamos sensibilizar para as formas de combater e denunciar

o problema, ao mesmo tempo em que estivemos atentas às diversas formações ideológicas que constituem os sujeitos discursivos, problematizando as maneiras de ler, levando os alunos a se questionarem sobre o que ouviam e o que diziam.

A Análise do Discurso se constituiu um importante instrumento de trabalho no ensino da Língua Portuguesa por possibilitar que o aluno refletisse sobre os sentidos dos textos, percebendo suas marcas estruturais e ideológicas, à medida que as identificava com a história e a sociedade que as produziu. Corroborando o que afirma Foucault (1998), é a sociedade que promove o contexto do dado discurso a ser analisado.

Reiteramos a importância das correntes teóricas que estudam o fenômeno social da violência contra a mulher. A primeira, defendida por Chauí (1985), que define esse tipo de violência como o resultado de uma ideologia de dominação masculina e afirma serem as mulheres cúmplices da violência que recebem e praticam. Essa cumplicidade, segundo a autora, não resulta de uma escolha; elas são cúmplices porque são “instrumentos” da dominação masculina. Diferentemente dessa abordagem, Saffioti (1987, 2001) apresenta a perspectiva feminista e marxista do patriarcado que rejeita a ideia de cumplicidade da violência e concebe as mulheres como vítimas numa relação desigual de poder com os homens. Nesse tipo de dominação, chamada de patriarcal, a mulher é vista como sujeito social autônomo, mas historicamente vitimada pela dominação masculina.

As práticas discursivas analisadas nos permitiram concluir que, apesar das inegáveis conquistas femininas, o machismo ainda inferioriza e subjuga a mulher, fazendo com que muitas se amoldem e reproduzam a ideologia dominante. É preciso, cada vez mais, que a escola potencialize ações educativas que visem romper o ciclo de agressões a que muitas mulheres ainda estão submetidas, conferindo-lhes a devida dignidade e conscientizando os educandos, de modo geral, quanto à importância de construir uma sociedade mais igualitária.

Finalmente, esperamos, com essas reflexões preliminares, ter contribuído para a compreensão de que a diferenciação social entre os papéis femininos e masculinos não devem se converter em desigualdades e que os direitos referentes à mulher são, antes de tudo, Direitos Humanos. Promover a discussão sobre as medidas legislativas e judiciárias imprescindíveis a que todas as mulheres tenham acesso a esses direitos fundamentais constitui-se um importante passo na conquista da cidadania.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CHAUÍ, M. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: Franchetto, Bruna, Cavalcanti, Maria Laura V. C. e Heilborn, Maria Luiza(org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher 4**. São Paulo, Zahar Editores, 1985.
- DIAMOND, I. & QUINBY, L. **Feminism & Foucault**: Reflections on resistance. Boston: Northeastern University Press, 1998.
- EGGERT, E. **Reconstruindo conceitos**: da não-cidadania ditada por Rousseau e Kant para a aprendizagem da cidadã de hoje. Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br/showprod.php?id=148>>. Acesso em: 02.12.2019.
- FOUCAULT, M. **Hermeneutica del sujeto**. Coleção Genealogía del poder. F. Álvarez-Uria, Tradução. Madrid, España: La Piqueta, 1996.
- FOUCAULT, M. **Espace, savoir et pouvoir**. In: DITS ET ECRITS IV. Paris: Gallimard, 1994.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1998.
- FOUCAULT, M. **Um diálogo sobre el poder y otras conversaciones**. Trad. Miguel Morev. 7ª ed. Madrid, España: Alianza, 2000.
- Lei Maria da Penha - Lei 11340/06 | Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**, Presidência da República. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>>. Acesso em: 13 de novembro. 2019.
- MINAYO, M. C. de S. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 23-26, mar. 2005. ISSN 1413-8123. [Online]. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000100005&nrm=isso. Acesso em: 02 dez. 2019.
- ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- PÊCHEUX, M. (1975). *Les Vérités de la Palice*, Maspero, Paris, trad. Bras. **Semântica e Discurso**. E. Orlandi et ali, Editora da Unicamp.
- SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: **Cadernos Pagu nº. 16**, Campinas, 2001.

Alguns números sobre a violência contra a mulher.
<<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

Yara Carvalho Pedrosa de QUEIROZ

É Mestre em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (2020), tendo apresentado a dissertação intitulada Contos populares e letramento literário na EJA: saberes e prazeres nos recontos de Ricardo Azevedo. Especialista em Língua, Linguagem e Ensino (2005) pela Instituição FIP - Faculdades Integradas de Patos (Fundação Francisco Mascarenhas), com o trabalho A contribuição epistológica de Mário de Andrade no ideário modernista. Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (1992). Tem experiência como técnica em educação e na formação continuada de professores do Ensino Fundamental da Rede Pública com ênfase em Literatura.

Marluce Pereira da SILVA

Possui mestrado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (1990) e doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/ Araquarara (1998). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba - Campus I, do Curso de Jornalismo. Atua como professora permanente no Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) e como colaboradora no programa de Pós graduação em Estudos da Linguagem da UFRN. Dedicar-se a pesquisas centradas nos seguintes eixos temáticos: Discurso e Mídia, Formação de professores, Diversidade cultural no contexto escolar e em outros institucionalizados.

Laurênia Souto SALES

Professora Associada I da Universidade Federal da Paraíba - Campus IV. Possui Mestrado em Letras (2004) e Doutorado em Linguística (2009), ambos pela UFPB. Atualmente, é Coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), unidade da UFPB, e membro do Conselho Gestor do PROFLETRAS. É também professora, na modalidade Educação a Distância, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFPB Virtual. Desenvolve pesquisas sobre a leitura e a cultura escrita, sob uma perspectiva discursiva, e desenvolve pesquisas vinculadas à Linguística Aplicada, atuando, principalmente, nos seguintes temas: formação docente, ensino-aprendizagem da leitura e da produção textual, estágio supervisionado, letramentos escolares e não-escolares. É membro dos grupos de pesquisa Práticas sociais e culturais de leitura e escrita (CNPQ), Cognição e Ensino (CNPQ) e Ciências da Cognição e da Aprendizagem (CNPQ).

Recebido em 26/setembro/2021 - Aceito em 11/janeiro/2022.